



PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA CAPIXABA: RETORNO À ESCOLA, PERMANÊNCIA E DESEJO DE CONTINUIDADE FRUSTRADO SOB A PERSPECTIVA DA SUBCIDADANIA E DA TEORIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL

ALMEIDA, Leonardo Faé

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Políticas
Sociais/Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
leofaal@yahoo.com.br*

52

RESUMO

Este texto insere-se em um contexto de discussão sobre a efetivação da cidadania dos povos do campo no Brasil a partir de uma política pública focal e reparadora de Educação de Jovens e Adultos. Os resultados da pesquisa foram analisados sob a ótica da Teoria do Reconhecimento Social e demonstraram que ao se sentirem reconhecidos em seu modo de vida e cultura os educandos passam a estudar com mais confiança e prazer e, por isso o aprendizado é transformador e duradouro. Entretanto nossos dados revelam que a falta de oferta de continuidade de estudos comprometeu mais uma vez o direito à educação dos jovens das comunidades estudadas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos no Campo; Cidadania; Reconhecimento.

ABSTRACT

This text is inserted in the context of a discussion of effective citizenship of people from the field in Brazil from a public policy focus and repairing of Adult Education. The survey results were analyzed from the perspective of the Theory of Social Recognition and demonstrated that to feel recognized for their way of life and culture the students are studying with more confidence and enjoyment and therefore learning is transformative and enduring. However our data show that the lack of provision of continuing studies undertaken once again the right to education of the youth of the communities studied.

Key words: Youth and Adults in the Field; Citizenship; Recognition.

1) Introdução

A partir de recorte em uma pesquisa de mestrado sobre o Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba, o presente trabalho objetiva discutir o projeto de retorno à escola proporcionado por uma política pública de Educação de Jovens e Adultos, os fatores ligados ao Reconhecimento social que favorecem a permanência dos educandos e a resposta do Estado ao desejo de continuidade de estudos por esse grupo de jovens.



O Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba se constitui no Programa Nacional de Educação de Jovens integrado com a Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares e foi implementado pelo Ministério da Educação em parceria com mais quatro ministérios (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome) e uma secretaria ligada à Presidência da República (Secretaria Nacional de Juventude – SNJ).

Os resultados dessa proposta inovadora de educação foram analisados em linhas gerais no que se refere: à importância de se partir dos domínios dos saberes específicos dos educandos, reconhecendo seu modo de vida como válido e importante, como forma de atenuar os possíveis desníveis dos conteúdos educacionais (típicos na educação de jovens e adultos); à importância de políticas focais como forma de corrigir defasagens de direitos, capaz de minimizar as dívidas sociais com as camadas da sociedade historicamente desassistida em termos educacionais; à descontinuidade do programa frente à expectativa de educandos e comunidades.

2) A subcidadania no Brasil e a teoria do reconhecimento social

A cidadania pressupõe uma participação ativa na comunidade política, por meio de lutas por melhores condições de vida e por políticas públicas que atendam a todas as pessoas, permitindo uma convivência harmoniosa de uma sociedade de classes fundamentadas nos princípios da igualdade e inclusão. Entretanto, Sônia Maria Fleury Teixeira (1999) ressalta que é necessário que o arranjo das políticas sociais combine na implantação dos projetos políticas universais e políticas diferenciadas, para assim satisfazer as necessidades particulares dos grupos socialmente excluídos, pois a noção de igualdade básica não contempla as diferenças entre os indivíduos.

No Brasil, contingentes gigantescos da população não conseguem exercer sua cidadania por completo; ainda que legalmente existam instrumentos que a garantam, na realidade, a ocorrência da subcidadania torna-se um fenômeno de larga escala. Para explicar essa realidade, a de pessoas que vivem à margem, com um mínimo necessário para o reconhecimento em uma sociedade regida pela meritocracia ou a ideologia do



desempenho¹, Jessé Souza (2003) cunha o termo “habitus precário” para definir aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que - seja um indivíduo, seja um grupo social -, possa a ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo; para que possa gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas:

Em sociedades avançadas, essa dimensão é efetiva, e os casos de “habitus precário” são fenômenos marginais. Em sociedades periféricas como a brasileira, o “habitus precário”, que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados com subprodutores e subcidadãos, isso sob a forma de uma evidência social insofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade, é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que o que diferencia substancialmente estes dois tipos de sociedades é a produção social de uma “ralé estrutural” nas sociedades periféricas. (SOUZA, 2003, p. 176-177).

A Tríade da ideologia do desempenho, segundo Kreckel (apud Souza, 2003), ou meritocrática seria a qualificação, a posição e o salário. E apenas a combinação das três características da tríade da ideologia do desempenho faz do indivíduo uma “imagem” plena e efetiva do cidadão completo, poderá fazer do indivíduo uma “imagem” completa e efetiva do cidadão. Assim, se torna possível também compreender porque apenas através do trabalho é possível se assegurar de identidade, autoestima e reconhecimento social.

Taylor (apud Souza, 2003) havia definido que, com a consequência da ausência do reconhecimento social, “a ausência de reconhecimento não significa apenas falta do devido respeito a alguém. Ela inflige feridas profundas atingindo suas vítimas com um autodesprezo mutilador” (2003, p.179) Uma dessas formas de feridas profundas parece-nos a aceitação da situação de precariedade como legítima, merecida e até justa, fechando

¹ Termo elaborado pelo sociólogo alemão Reinhard Kreckel em seu livro *Politische Soziologie der sozialen Ungleichheit*, que seria uma tentativa de elaborar um princípio único, para além da mera propriedade econômica, a partir da qual se constitui a mais importante forma de legitimação da desigualdade no mundo contemporâneo.



o círculo do que gostaria de chamar “naturalização da desigualdade”, mesmo de uma desigualdade descomunal como a da sociedade brasileira.

A teoria do reconhecimento social proposta pelo pensador alemão Axel Honneth (2003) faz parte do conjunto de teorias que procuram compreender as relações sociais e de poder, além de diagnosticar as injustiças e problemas sociais existentes. Injustiças essas que deveriam ser analisadas dentro das interações sociais e que estariam atravessadas por relações de poder. Tais se consubstanciam, para além de questões puramente econômicas, em um fruto de padrões hierárquicos de valoração cultural, cuja alteração exigiria que todos fossem igualmente reconhecidos, mesmo em suas diferenças, conforme nos apresenta Bressiani (2010).

Isso significaria, de acordo com Souza (2000), que o reconhecimento pode ser percebido como o componente central no processo de formação ética do espírito humano, na exata medida em que o contexto de luta social mostra seu significado específico, de perturbação de relações sociais baseadas no reconhecimento mútuo como um fator anterior, e prévio a qualquer outro (SOUZA, 2000).

Nesse sentido, o sujeito deve ser visto como alguém que, precisamente através da aceitação por parte de outros sujeitos de suas capacidades e qualidades, sente-se reconhecido e conseqüentemente em comunhão com estes, possibilitando sua disposição de também reconhecer o outro em sua originalidade e singularidade. Ademais, até mesmo a autoestima e as atitudes em relação a si mesmo estariam relacionadas ao reconhecimento alheio, como pontua Honneth (2003):

A experiência de ser reconhecido pelos membros da coletividade como uma pessoa de direito significa para o sujeito individual poder adotar em relação a si mesmo uma atitude mais positiva (Honneth, 2003, p 139).

A teoria do reconhecimento social é resultado, portanto, de uma reestruturação de conceito anterior proposta por Hegel² em seu texto “Sistema de Eticidade”, formulado quando o jovem filósofo pertencia aos quadros da Universidade de Jena, no período entre

² Georg Wilhelm Friedrich Hegel é considerado o mais notável filósofo da segunda fase do idealismo na Alemanha. Célebre, sobretudo, pelo método dialético que concebeu sob forma idealista, mas justa no fundo. Hegel é um idealista *objetivo*: a seu ver, a razão absoluta representada, na história, a ideia absoluta, é o princípio primário e a única realidade que “se exterioriza” de maneira imediata na natureza, para voltar a si mesma dessa transformação (*Anderssein in sich*) sob a forma de espírito.



1801 a 1806. De acordo com Gérson Tavares do Carmo (2010) deve-se a Hegel o primeiro aprofundamento teórico na compreensão do homem baseada no desejo de reconhecimento, no qual esse deseja não só objetos materiais, mas fundamentalmente, objetos não materiais. Isto é, não deseja a materialidade apenas por seu valor intrínseco, mas fundamentalmente por serem estes desejados por outros homens (CARMO, 2010).

Existiria, pois, uma sequência de formas de reconhecimento que abarcariam o amor, o direito e a solidariedade para Honneth (2003), mais uma vez baseado em Hegel. Júlia Leite Valente e Luiz Phelipe De Caux (2010), todavia, ressaltam que a esses três padrões de reconhecimento intersubjetivo correspondem três maneiras de desrespeito: a violação, a privação de direitos e a degradação, respectivamente. É em resistência a essas formas de não-reconhecimento que se desencadeiam os conflitos sociais, tendo por resultado sua paulatina superação. E é por conta desse desrespeito ao reconhecimento subjetivo, sobretudo na Educação do Campo, que a sociedade civil organizada se dispõe a lutar pela efetivação de políticas públicas que atendam a esse contingente da população.

3) O Projovem campo saberes da terra

O Governo Federal criou no ano de 2007, em uma ação integrada de cinco ministérios e uma secretaria ligada à presidência da república, em parceria com alguns estados, o Projovem Campo Saberes da Terra. Embora anterior ao decreto 7352, de 04 de novembro de 2010, que trata da educação no campo, mas em conformidade com o que estabelecem as diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo – resolução CNE/CEB nº 1 de 3/04/2002, o programa caracterizou-se por abordar princípios idênticos aos do decreto no que se refere aos princípios da educação no campo, que na verdade se fizeram pauta de discussão há algum tempo. A “Articulação Nacional Por uma Educação do Campo”, por exemplo, já articulava debates nesse contexto e, enquanto entidade supraorganizacional, passou a promover e gerir as ações conjuntas pela educação dos povos do campo como um direito público inalienável.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com a intenção de respeitar o direito dos povos do campo à educação, bem como suas características, necessidades e pluralidades (de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial, entre outras), implementou o Programa Saberes da Terra



– Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrado à Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares.

A primeira etapa de execução dos Saberes da Terra iniciou-se em dezembro de 2005, em doze unidades da federação (BA, PB, PE, MA, PI, RO, TO, PA, MG, MS, PR, SC), junto às Secretarias Estaduais de Educação, representações estudantis da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação – UNDIME, Associações de municípios Cantuquiriguaçu, entidades e movimentos sociais do campo integrantes dos comitês e fóruns estaduais de Educação do Campo.

No ano de 2007, o Ministério da Educação, por meio da SECAD, participou do processo de construção do Programa Integrado de Juventude conduzido pela Secretaria Nacional de Juventude/ Presidente da República, no qual foram integrados seis programas já existentes: a) Agente Jovem do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome; b) Projovem da Casa Civil; c) Saberes da Terra e Escola de Fábrica do Ministério da Educação; d) Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã do Ministério do Trabalho e Emprego.

A partir de então, o Saberes da Terra passou a denominar-se de PROJOVEM Campo – Saberes da Terra, e foi destinado à escolarização de jovens e agricultores/as em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrada à qualificação social e profissional:

O Projovem Campo- Saberes da Terra tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio de elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental com qualificação social e profissional e potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo – resolução CNE/CEB nº 1 de 3/04/2002 (Caderno Pedagógico do Projovem, 2008, p. 16).

Desde então, assumiu possibilitar a jovens agricultores(as) familiares excluídos do sistema formal de ensino, a oportunidade de escolarização na modalidade de EJA, integrando elevação de escolaridade e qualificação social e profissional.



Os beneficiados pelo programa seriam jovens de 18 a 29, residentes no campo, que saibam ler e escrever, que não tenham concluído o ensino fundamental, que cumpram aos requisitos do art. 3º da Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

A estrutura curricular do programa foi elaborada de forma a que os conteúdos trabalhados estejam ligados ao eixo temático principal “Agricultura Familiar e Sustentabilidade. A ideia era que orbitassem ao redor desse tema central outros temas importantes para a qualificação social e profissional dos educandos. Os conteúdos “regulares” de cada componente curricular deveriam então emergir sempre ligados aos temas geradores, tendo seu sentido prático explorado, dando significado ao aprendizado.

A estrutura do currículo propriamente dita era traçada em planos de pesquisa elaborados pelos educadores em conjunto com seus educandos a partir dos eixos central e orbitais. Após prévio estudo dos temas os educadores faziam uma problematização de determinado assunto e levantavam os conhecimentos que os educandos tinham sobre o tema. Construía-se então um plano de pesquisa que era composto por uma série de questões que o grupo deveria buscar responder explorando os saberes locais “da terra” conjugado aos saberes científicos trazidos pelos educadores. Após esse momento as respostas eram socializadas e novos saberes então emergiam do entrelaçamento entre saberes tradicionais e acadêmicos. O momento seguinte era propor colocar em prática os novos conhecimentos construídos pelo grupo. Esse trabalho era realizado alternando períodos de sistematização teórica e implantação prática (tempo escola e tempo comunidade).

3.1 O Programa Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba

No Espírito Santo, foram criadas 30 turmas em 19 municípios, situadas em comunidades quilombolas, assentamentos rurais, comunidades indígenas e regiões de predominância de agricultura familiar.

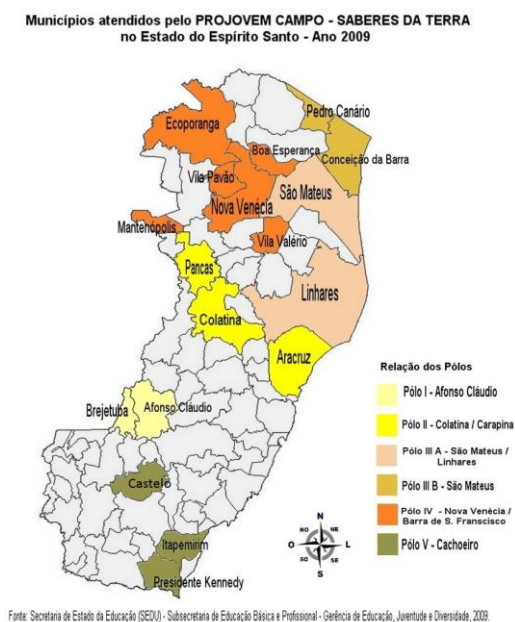
A modalidade de ensino fundamental com proposta de formação social e profissional e de caráter interdisciplinar tinha como pré-requisitos a alfabetização dos educandos e um recorte etário entre 18 e 29 anos, que posteriormente foi revisto.

O Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba tinha como meta atender 800 jovens trabalhadores do campo entre 18 e 29 anos que ainda não haviam concluído o Ensino Fundamental. Foram então constituídas 30 turmas de educandos em comunidades rurais e rurais-urbanas, situadas em 19 municípios capixabas, organizados



em 7 polos. Do total de estudantes matriculados, 493 se qualificaram social e profissionalmente, concluindo o Ensino Fundamental ou parte dele.

Figura 1: Municípios atendidos pelo Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba.



Adaptado por: Almeida (2014)

Cada uma das turmas de educandos contou com uma equipe de educadores compostas por quatro profissionais das seguintes áreas de conhecimento: ciências humanas, ciências da natureza e matemática, linguagens e códigos e ciências agrárias.

Simultaneamente ao processo de formação dos jovens do campo, esses educadores participaram de formação continuada prevista no programa, que visava prepará-los para a compreensão e implementação da sua proposta pedagógica nos diferentes contextos socioambientais vividos por aquelas turmas, em suas respectivas comunidades. A equipe de formadores da UFES – composta por profissionais estagiários com diferentes habilidades – foram os responsáveis por essa formação continuada.



3.2 As Comunidades Estudadas

3.2.1 Cacimbinha

A comunidade quilombola de Cacimbinha situa-se no município de Presidente Kennedy/ES. Está localizada em uma planície costeira com poucas e suaves elevações. Sua origem remonta ao fato de um escravo ter sido compensado com terras devido ao seu bom comportamento, em uma fazenda nas proximidades com a divisa do Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, constituiu família, dando origem a vários descendentes. Contudo os educandos da turma citada também pertenciam a outras comunidades da região com características muito semelhantes como as comunidades de Jacarandá, Bela Vista e Criadouro.

Em Cacimbinha não existe um grande agrupamento de residências, as casas estão dispersas nas propriedades rurais nas quais os educandos moram e/ou trabalham.

Em relato constante no volume *Experiências que Brotam da Terra: Reflexões e Vivências dos Educadores e Educadoras* (2012) da coleção *Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba* os educadores de Cacimbinha descrevem uma prática perturbadora na comunidade:

As mulheres da comunidade optam pela ligadura de trompas ainda jovens, aproximadamente entre dezoito e trinta anos, por não possuírem um relacionamento estável, com isso, preocupavam-se em gerar outros filhos de futuros relacionamentos. Tais cirurgias são realizadas por interesses políticos, com facilidade no local e geralmente próximo às eleições (*Experiências que Brotam da Terra: Reflexões e Vivências dos Educadores e Educadoras*, 2012, p. 617).

A mão de obra na comunidade é basicamente de meeiros que trabalham nos cultivos de cana de açúcar, mandioca, maracujá e abacaxi. Deve-se a isto o fato de a maioria dos moradores não possui suas próprias terras.

A cultura local, como o jongo, a folia de reis e o boi pintadinho é muito valorizada pelos moradores mais antigos, no entanto, manter a tradição é o principal desafio para eles, sobretudo no que se refere em custear a manutenção dos ornamentos que precisam ser reparados ou renovados após cada apresentação.



As aulas aconteceram no turno noturno na Escola Municipal de Ensino Fundamental Orci Batalha.

3.2.2 Patrimônio do Ouro

As comunidades em que residiam os educandos da turma de Patrimônio do Ouro (Córrego da Prata, Balança, Pedregulho, Bateia, Córrego da Onça e Patrimônio do Ouro) pertencem ao município de Castelo/ES e estão localizadas a uma altitude variando entre 850 e 1100 metros, apresentam características bem peculiares do meio rural, com cachoeiras, muitas elevações e predomínio da mata atlântica. O modo de produção predominante é a agricultura familiar, herança da colonização por imigrantes italianos na região, sendo que algumas famílias detêm pequenas propriedades de terra, e outras trabalham no regime de parceria. A cafeicultura é principal atividade econômica da comunidade, embora o cultivo da bananeira, verduras e a hortaliças estejam se mostrando cada vez mais promissoras.

Pela natureza dessas atividades é bastante comum a utilização de agrotóxico, muitas vezes em quantidade excessiva como relatado pelos educadores da turma:

O que nos causou espanto foi a quantidade de agrotóxicos usados nas lavouras e hortas. Diante disso fizemos um trabalho de conscientização se utilizando de palestras, debates, exibição de revistas e livros que ensinam como produzir bem e melhor sem o uso de agrotóxico (Experiências que Brotam da Terra: Reflexões e Vivências dos Educadores e Educadoras, 2012, p. 638).

Em contraste com a outra comunidade estudada, Cacimbinha, os moradores de Patrimônio do Ouro e adjacências apresentam uma condição socioeconômica mais confortável. Esse fato deriva da oportunidade de acesso à terra que muitas famílias tiveram.



4) Revisitando o Projovem Campo Saberes Da Terra pela perspectiva do reconhecimento social

4.1 À volta aos estudos e a permanência

O retorno à escola se deu em média com 26,7 anos em Cacimbinha e 26,3 anos em Patrimônio do Ouro. Os motivos apontados para o retorno aos estudos são variados, mas a recuperação do tempo perdido (citada por 11 egressos) e a qualificação para buscar um novo emprego (também 11 citações) se destacam entre os motivos apontados. Outros motivos como interesse em aprender coisas novas (6 citações), conseguir diploma para fazer concurso (5 citações) e estudar perto de casa (3 ocorrências) completam os motivos mais comuns.

A maior parte das pessoas tanto em Cacimbinha quanto em Patrimônio do Ouro afirmaram que não foram influenciados por ninguém a retornarem aos estudos, mas dentre os que afirmaram sofrer influência externa ressalta-nos haver diferenças entre as comunidades: em Patrimônio do Ouro as famílias são apontadas como as que mais influenciaram, sobretudo esposas ou maridos, já em Cacimbinha o incentivo veio dos amigos.

Gráfico 1 – Influência para retorno aos estudos em Patrimônio do Ouro.

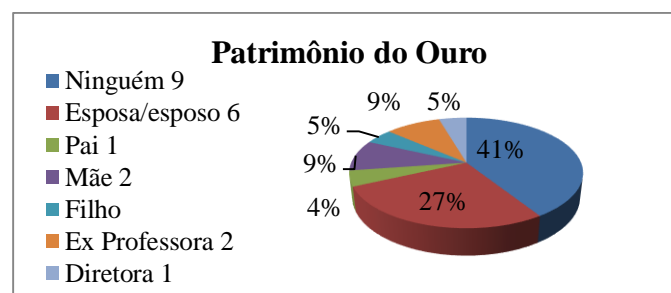
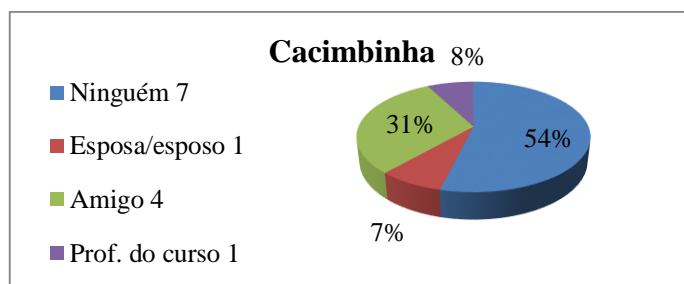


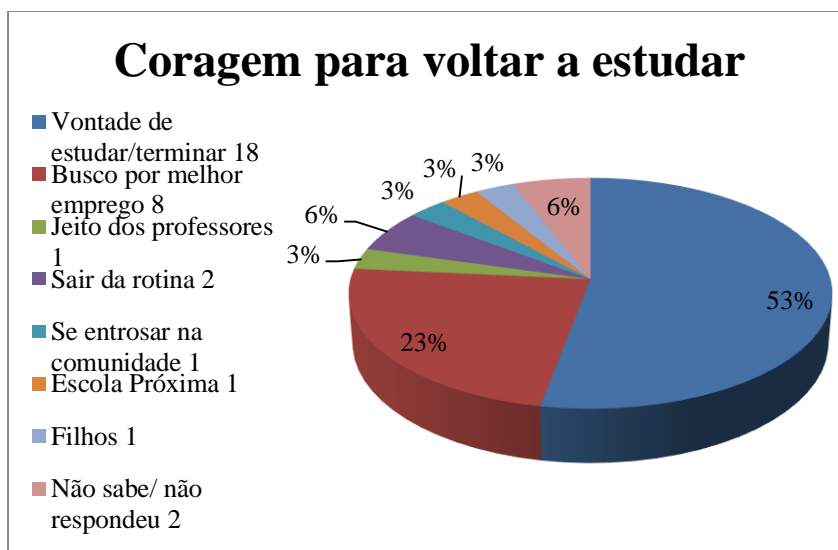


Gráfico 2 – Influência para retorno aos estudos em Cacimbinha.



A vontade de estudar e/ou terminar os estudos foi apontada como motivo para a coragem de voltar à sala de aula nas duas turmas; a busca por melhores empregos também foi lembrada por uma parte importante do grupo estudado.

Gráfico 3 – Encorajamento para voltar a estudar.



Os obstáculos para chegar ao final do curso foram comuns, apenas 4 egressos afirmaram não ter tido que superar nenhuma barreira para chegar ao final do curso.



Gráfico 4 - Obstáculos que enfrentaram para chegar ao término do curso em Cacimbinha

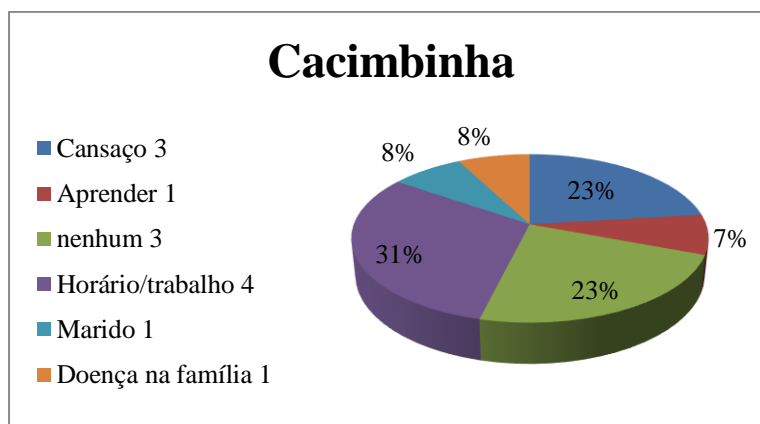
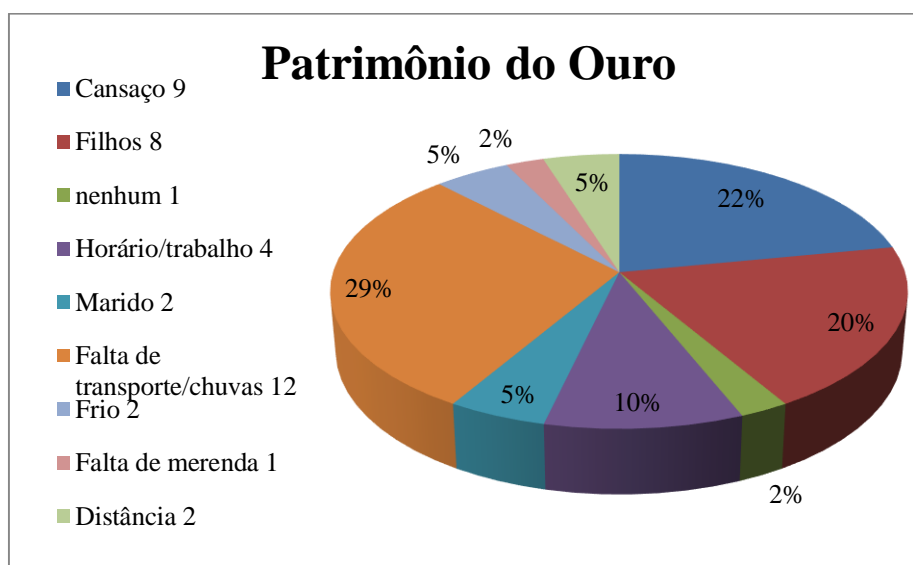


Gráfico 5 - Obstáculos que enfrentaram para chegar ao término do curso em Patrimônio do Ouro.



Dentre os que terminaram o curso nas duas comunidades, 23 afirmaram não ter pensado em abandonar o Projovem, enquanto que 11 disseram que chegaram a pensar em sair, sobretudo por conta do trabalho e cansaço.

Quando perguntados sobre o motivo de terem conseguido chegar ao final do curso, a maioria aponta a força de vontade como fator mais importante para permanência, também destacam o incentivo dado pelos professores, à relação com professores e colegas de sala, a satisfação com o curso entre outras. Mais uma vez pode se notar a importância da motivação pessoal e como as características do programa influenciaram a permanência.



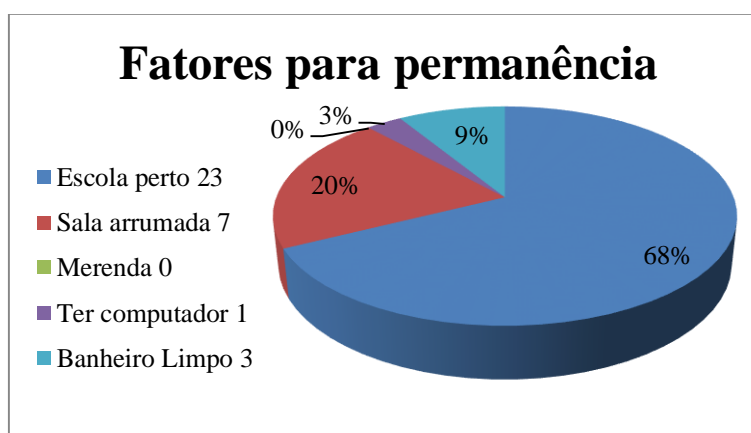
Tabela 1: Motivos para chegar ao fim do curso.

Vontade/força de vontade	23
Incentivo dos professores	04
Relação com professores e colegas	03
Porque gostava	02
Queria o diploma	02
Força dos amigos	01
Eram bem tratados	01
Aprendiam o que queriam	01
Destino	01
Não teve obstáculos	01
Professores eram bons	01
Não sabe/não respondeu	01

Fonte: Resultados da pesquisa.

Entre os fatores apontados pelos entrevistados como importantes para a permanência, a proximidade entre a moradia e a escola surge como fator de maior relevância, fato que remonta a importância da manutenção da escola no campo e da oferta de todas as modalidades de ensino nas zonas rurais.

Gráfico 6 – Fatores que influenciaram a permanência na escola.

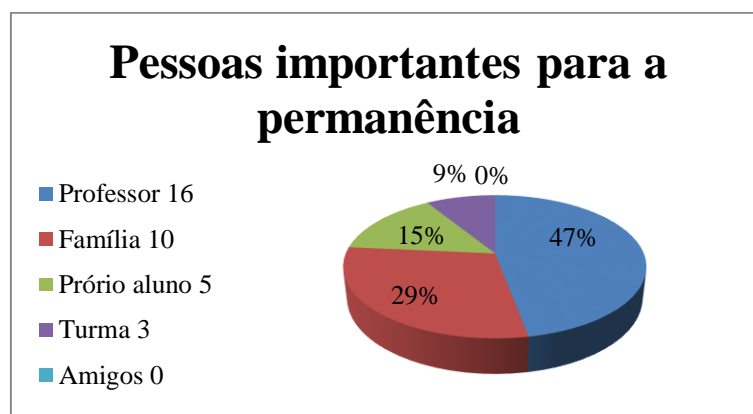




Já quando perguntamos sobre quem é mais importante para a permanência dos educandos na escola, o professor aparece como figura principal, seguido pela família, o próprio aluno e a turma.

Isso mostra como os educadores devem se preparar para as aulas e o contato como as turmas, pois sobre eles se instala grande expectativa por parte dos educandos.

Gráfico 7– Pessoas importantes que ajudaram a permanecer no Programa.



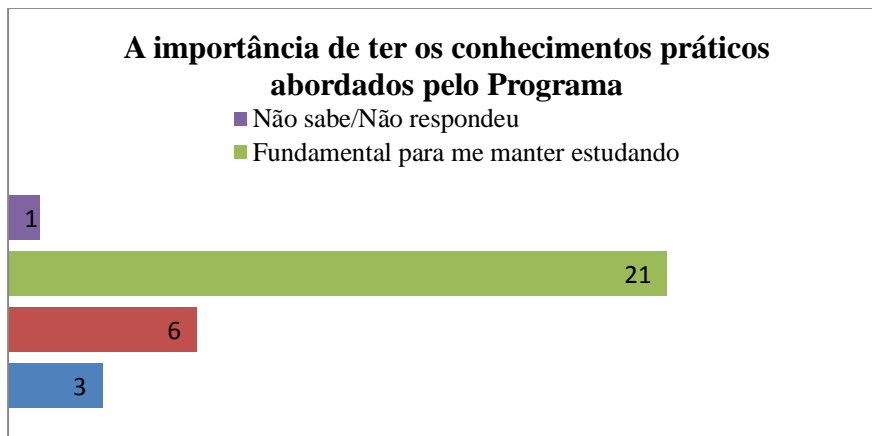
A escola também pode ajudar na permanência dos educandos segundo os egressos pesquisados; ela deve principalmente incentivá-los, mas também tratar bem os alunos, ter bons professores e oferecer boa estrutura física.

Quando perguntados sobre a importância de terem seus conhecimentos práticos abordados pelo programa a maioria afirmou que foi fundamental para manterem-se estudando.

Fato que reforça a ideia de que o educando, ao estudar conteúdos ligados a temas que tenha certo domínio, por se tratar de atividades de seu dia a dia, e perceber-se valorizado e reconhecido acaba por interessar-se mais e persistir nos estudos.



Gráfico 8: Importância de ter os conhecimentos práticos abordados no Programa.



Ao serem indagados sobre o que acharam importante na experiência do Projovem, os educandos optaram principalmente pela alternativa “tratar temas do dia-a-dia”, mas o fato de serem visitados regularmente pelos professores e utilizarem a pedagogia da alternância foram opções muito lembradas.

Mais uma vez fica explicitado que quando o educador reconhece a realidade dos educandos como válida e interessante, além de buscar estreitar os laços com eles o resultado do trabalho tende a ser promissor.

4.2 Pretensões futuras em relação aos estudos

Verificamos que após a conclusão do Projovem, muitos educandos gostariam de ter seguido seus estudos, sobretudo se lhes fossem oferecido modalidade semelhante no Ensino Médio, visto que todos afirmaram que o programa atendeu suas expectativas. Contudo apenas uma pessoa conseguiu terminar o Ensino Médio após o programa, pois a continuidade de estudos na região não é oferecida em qualquer modalidade, mesmo quando 33 dos 34 egressos pesquisados afirmaram terem comunicado aos professores, coordenadores, integrantes da equipe de formação da UFES, amigos e parentes sua vontade de seguir estudando.

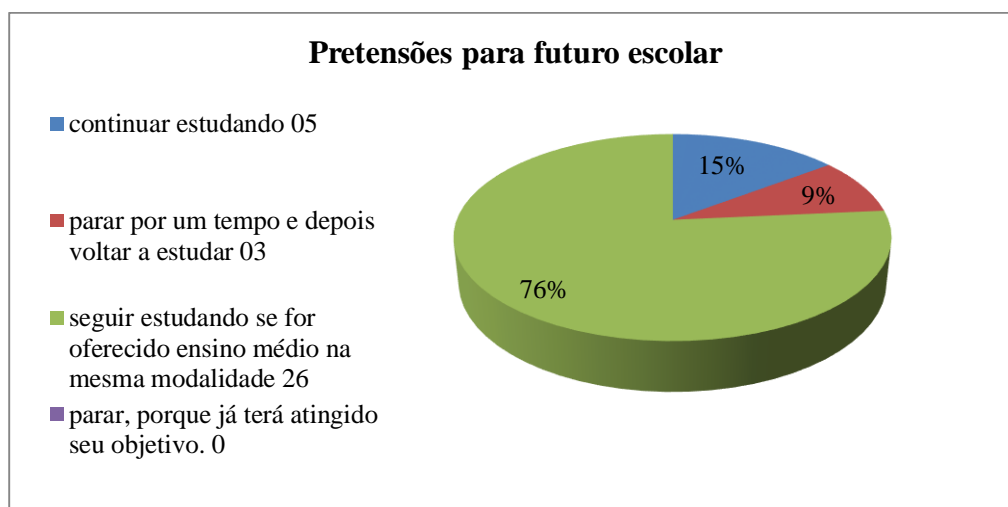
“Teve uma eleição na sala de aula para ver qual aluno que ia. Como fui eu, eles pediram para mim pedir a eles lá, o pessoal da UFES, se tinha como quando a gente terminar, fazer continuar o Projovem. Só que não adiantou nada.” Entrevistada 4, turma Patrimônio do Ouro.



“O certo seria continuar o estudo para poder tá fazendo a coisa mais completa.”
Entrevistado 2, turma Patrimônio do Ouro.

Os quatro educadores das duas turmas que foram entrevistados assinalaram que era intenção dos alunos continuar estudando, se fosse oferecido o curso na mesma modalidade.

Gráfico 9 – Pretensões para o futuro escolar.



Quando perguntados se alguém lhes haviam feito propostas de continuidade dos estudos, 8 disseram que sim e que a proposta era de estudar na sede dos municípios, contudo 26 pessoas afirmaram não ter recebido nenhuma opção. Em Patrimônio do Ouro algumas pessoas mudaram-se para a zona urbana, começaram a estudar, mas só uma conseguiu seguir até o final do Ensino Médio. Outra entrevistada, algum tempo depois, começou a estudar mesmo tendo que se deslocar 24 quilômetros até a sede, mas logo desistiu.

“Eu cheguei a voltar a estudar. Estudei acho que nem duas semanas e depois eu desanimei. Porque era muito tarde, chegava em casa fora de hora, no outro dia tinha que acordar cedo para mandar menino para escola e tinha que trabalhar de novo, começou a ficar muito cansativo.” Entrevistada 4, turma Patrimônio do Ouro.

Em Cacimbinha não houve relato de nenhuma tentativa, sobretudo pelo horário de saída do trabalho que não permite embarcar no transporte estudantil. Os educadores esclareceram que nenhuma oferta formal fora feita à turma, embora relatem que os



educandos manifestaram vontade de continuar os estudos - dirigidas não só a eles mesmos como também, para técnicos da SEDU e integrantes da equipe de formadores da UFES.

O que se pode deduzir desses fatos é que o poder público não deu a resposta desejada aos grupos que ansiavam por continuidade de estudos, após o direito posto veio o direito negado mais uma vez.

5) Considerações finais

Nosso objetivo com essa pesquisa foi analisar, em duas comunidades contempladas com turmas do Projovem Campo - Saberes da Terra Capixaba, como o referido programa de educação impactou na vida dos educandos, apontar como os educandos avaliaram a política e identificar a resposta do poder público frente à demanda por continuidade dos estudos dos egressos do Programa. Buscamos identificar suas percepções, sentimentos e expectativas relacionados ao Programa.

O Projovem Campo - Saberes da Terra Capixaba foi uma versão do programa nacional observando as especificidades do interior do Espírito Santo, onde foram criadas 30 turmas distribuídas em comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos de trabalhadores rurais e em comunidades de agricultura familiar tradicional.

Nossa pesquisa mostrou que o programa foi recebido pelos alunos das duas comunidades estudadas (Cacimbinha e Patrimônio do Ouro) com bastante expectativa. Por isso encararam com destemor o novo desafio. Surpreenderam-se positivamente com a contextualização dos conteúdos estudados. Ao sentirem que seus conhecimentos eram valorizados estudaram com mais confiança e o aprendizado se mostrou mais interessante e efetivo.

Os cidadãos do campo a que se refere essa pesquisa, em sua maioria, pretendiam dar seguimento a suas trajetórias escolares, mas a falta de oferta para continuidade de estudos nas comunidades onde funcionaram as turmas de Cacimbinha e Patrimônio do Ouro, mesmo depois de demonstrado o interesse dos educandos, mostrou-se como uma grave falha do poder público que assim, nega aos jovens a possibilidade de continuarem se qualificando.

A falta de oferta do ensino médio na mesma modalidade do Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba, fez com que alguns desses jovens migrassem para as cidades



próximas para buscar trabalho e estudos. Contudo apenas uma egressa entre 34 chegou à conclusão do ensino médio.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer nº 11/2000**: Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Câmara de Educação Básica/ Conselho Nacional de Educação, maio de 2000.

_____. **Lei nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996**: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Ministério da Educação. Cadernos SECAD 2 - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). Ricardo Henriques et al. (organizadores). Brasília, 2007.

_____. PRONERA. Presidência da República - **Decreto nº 7352**, de 04 de novembro de 2010. Brasília: Imprensa Oficial da União, 2010.

BRESSIANI, Nathalie de Almeida. **Economia, Cultura e Normatividade**: o debate de Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento – Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.

CARMO, Gerson Tavares do. **O enigma da Educação de Jovens e Adultos**: um estudo das evasões e retornos à escola sob a perspectiva da teoria do reconhecimento social. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2010.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: ed. 34, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>
Acessado em: 06 de outubro de 2013.

MEC/SECAD. **Projeto Político-Pedagógico Projovem Campo Saberes da Terra**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, 2008.



PORTAL do Governo do Espírito Santo. **Mapas**. Disponível em: <http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/Paginas/mapas.aspx>. Acesso em 28 de janeiro de 2014.

SCARIM, Paulo César. OLIVEIRA, Edna Castro de. **Experiências que brotam da terra: as reflexões e vivências dos educadores e educadoras**. Coleção Projovem Campo - Saberes da Terra Capixaba. Paulo César Scarim e Edna Castro de Oliveira (organizadores), vol. 1, Vitória, GM editora, 2012.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, (Coleção Origem), 2003.

SOUZA, Jessé. Uma teoria crítica do reconhecimento. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n° 50, São Paulo, 2000.

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Políticas Sociales y Ciudadanía**. Junho, 1999.

VALENTE, Júlia Leite; CAUX, Luiz Philipe de. **O que é a Teoria do Reconhecimento?** Programa Pólos de Cidadania - Faculdade de Direito | UFMG, 2010.

Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/O-que-e-a-Teoria-do-Reconhecimento\[Luiz-Philipe-de-Caux_e_Julia-Valente\]20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/O-que-e-a-Teoria-do-Reconhecimento[Luiz-Philipe-de-Caux_e_Julia-Valente]20(1).pdf). Acesso em 05 jan 2014.